

1- O planejamento curricular, enquanto elemento <sup>metodológico</sup> ~~metodológico~~ de direcionamento do trabalho docente, tem como princípio efetivar a função social e política da escola na formação do sujeito autônomo, crítico, reflexivo e criativo, de modo a torná-lo capaz para exercer sua cidadania no contexto social em que está e estará inserido.

Para isso, faz-se necessário superar a perspectiva burocrática do planejamento curricular e estabelecer-lo como elemento fundamental para o desenvolvimento do trabalho pedagógico de modo que possibilite a promoção da ação docente, partindo no direcionamento dos saberes docentes, que leve em consideração as demandas sociais e o cotidiano escolar.

A <sup>mudança</sup> ~~atualização~~ da perspectiva burocrática (taylorista) do planejamento para a perspectiva crítica e reflexiva permite ao professor a adoção do fazer pedagógico, entendendo-o como <sup>advocacia</sup> ~~advocacia~~ diante do mundo, tomando posição frente a realidade social e humana. É uma maneira de exercer a <sup>autonomia</sup> ~~autonomia~~, de exercitar e construir sua identidade profissional, de se inserir em um campo de disputas e embates em busca da construção de uma sociedade mais justa, democrática, inclusiva, em busca da equidade social.

A Escola, enquanto um espaço social aberto nas questões sociais amplas, não pode estar fechada em si. Por isso, a proposta a elaboração de um planejamento curricular a partir de redes de instituições parceiras, integrando a Escola com outros segmentos sociais e incluindo nos segmentos na dinâmica das atividades escolares e docentes permite contextualizar e significar o

planejamento, de modo a antiqpi-lo com as demandas sociais experimentadas pelos sujeitos, potencializando aspectos do cotidiano escolar como elemento nottado das práticas escolares.

A partir deste movimento de significação e re-significação do ato do planejamento curricular, será possível contextualizar os componentes curriculares e as diretrizes curriculares nacionais a realidade da escola e torná-los significativos dentro de suas demandas e práticas pedagógicas, tanto a nível escolar mais amplo como no trabalho cotidiano do professor em sala de aula.

Inicia o trabalho docente no planejamento curricular, em do princípio da gestão democrática, ~~permite~~ <sup>permite</sup> a estruturação do desenvolvimento do currículo também sobre o saber docente. Permitirá estabelecer ~~estratégias~~ <sup>estratégias</sup> estratégias de organização do trabalho docente de modo interdisciplinar e fortalecer as competências pedagógicas das equipes escolares. Permite estabelecer um processo de discussões interativas e colaborativas no processo de gestão do ensino e aprendizagem a partir do direcionamento das estratégias didáticas diversificadas e ainda, favorece a formação permanente do docente ao promover ações de discussões e estudos no âmbito coletivo. Legitima o professor como sujeito crítico e reflexivo e fomenta uma postura de pesquisador e proponente de caminhos didático-pedagógicos para o estabelecimento e planejamento curricular eficiente, contextualizado e coerente com as demandas sociais existentes no cotidiano escolar.

2- O processo de seleção de um corpo de conhecimentos a ser trabalhado na escola, é um processo de disputas,


punhado por interesses e lutas que buscam construir uma sociedade a partir dos valores que permeiam cada interesse de seus grupos representativos

A Escola pode ser entendida como um campo e ponto de tensão no qual, constantemente, sua relativa autonomia é cabalada ~~ela~~ por interesses do Estado, de grupos da sociedade civil, grupos do ramo econômico, religioso, e outros

Considero que seja possível considerar: a) função social da escola a partir dos documentos regulatórios basilares da educação nacional; aspectos referentes a diversidade e aspectos referentes ao plano econômico, como três eixos que permeia os meios da escola e se faz presente no trabalho pedagógico

Com relação aos primeiros ~~questões~~ pontos, a função social da escola a partir dos documentos regulatórios e basilares da educação nacional, pode-se considerar que há consenso entre todas as esferas sociais que a seleção ~~de~~ de um corpo de conhecimentos deve estar em função da formação do sujeito e para o exercício da cidadania, contudo, em muitos casos, a seleção dos conhecimentos não estão pactados nas reais necessidades locais, o que favorece a evasão e abandono escolar dos alunos que não identificam relação significativa, real e direta com seu contexto social vivida. Embora seja preconizado a adequação metodológica e estratégias didáticas diversificadas ~~baseadas~~ <sup>incorporadas</sup> e relacionadas a função da escola e do conhecimento como uma questão de método. O conflito estabelecido é proibido em realidades em que não há, também, a estrutura adequada do espaço escolar (seja material e/ou humano) como os sentidos e usos que o aluno fará com eles.

A tensão estabelecida entre a função social da escola, o corpo de conhecimentos selecionado e o sujeito (aluno) que deve ser entendido e compreendido como razão e centro da prática pedagógica e educacional, acontece quando as expectativas não são correspondidas ou anuladas pelos sujeitos ~~envolvidos~~ <sup>envolvidos</sup> nessa trama.

Com referência aos aspectos referentes a diversidade, pode-se verificar a problemática atual, em que as diferenças entre os sujeitos sociais são reconhecidas, valorizadas e fomentadas. A escola, enquanto espaço e tempo que comporta uma infinidade de aspectos da diversidade, inerente por sua vez a composição social brasileira deve estar atenta e lutar para garantir a representatividade dos grupos diversos em seu espaço. A seleção de um corpo de conteúdos que leve em consideração e trate aspectos da diversidade como a cultura e organização de grupos historicamente marginalizados (indígenas, quilombolas, afrodescendentes, pessoas com deficiência, gênero, e outros) encontra barreiras no pensamento e práticas sociais (e curriculares) etnocêntrica branca, masculina, cristã-judaica-cristã, conservadora. A busca pelo desenvolvimento de um trabalho didático-pedagógico em prol da construção de uma sociedade justa, democrática, solidária e inclusiva passa, constantemente, em lutas, embates e debates que visam por manter a escola engajada e alinhada das questões da contemporaneidade. 

Como traço e último aspecto de tensão que destaca é a influência do pensamento econômico-mercadológico que tensiona as políticas públicas educacionais (em todos os níveis) a valorizar a dimensão utilitarista, ~~nos~~ <sup>dos</sup> conhecimentos em oposição



a vocação e objetivos da escola pública regida pelo princípio da democracia e que optou pela construção de uma escola que possa favorecer o desenvolvimento integral dos sujeitos que por ela devem passar, que é: o desenvolvimento do pensamento crítico, reflexivo, autônomo e criativo, bem como para o exercício da cidadania plena.

O corpo de conhecimento a ser trabalhado na escola deve ter como foco a igualdade, diversidade e equidade, de modo que possam contribuir para superar as desigualdades e processos de exclusão que são históricos no Brasil.

3- O CAP/UFRJ, enquanto escola pública deve ter seus dispositivos político-pedagógicos voltados para o estabelecimento de processos educativos que almejam a qualidade do processo de ensino-aprendizagem e, diante de sua característica enquanto espaço e dimensão da instância universitária deve ~~possuir~~ promover processos educativos que estejam pautados na oferta e possibilidade de permanência dos alunos como forma de sucesso da formação do sujeito.

Diante disso considera-se que para o desenvolvimento dos processos de planejamento e de avaliação escolar que estejam comprometidos com práticas educativas significativas é necessário que suas ações e direcionamentos pedagógicos tenham como base e elemento norteador a realidade vivenciada pelos sujeitos e o cotidiano escolar.

É no cotidiano escolar que os elementos indispensáveis à prática, planejamento curricular e aspectos avaliativos se manifestam. A partir da realidade e ~~do~~ cotidiano

podem ~~ser~~ perceber elementos manifestados e identificá-los como potencialidades ou fragilidades do processo de ensino-aprendizagem. Essa percepção, integrada com a sensibilidade da equipe pedagógica, aguçado pelo espírito do professor-pesquisador, poderá ser lançado nos saberes docentes enquanto ferramenta para promover as <sup>intervenções</sup> necessárias. Identificar tais aspectos no cotidiano relaciona-se com a prática da avaliação, enquanto ~~instrumentos~~ <sup>meios</sup> e instrumentos de diagnóstico.

A partir da avaliação processual, dialógica, que busca acompanhar o processo formativo, não ignorando questões fragilizadas e elementos potenciais para o desenvolvimento, permite-se criar um ambiente escolar responsável, inclusivo e centrado na formação dos sujeitos.

A terceira relação que destaca é o movimento integrado e retroalimentado que as dimensões PRÁTICA-COTIDIANO ~~teórico~~ <sup>(Fig. 1)</sup> devem promover nos processos de avaliação e planejamento. O saber docente, estruturado pelo saber epistemológico e profissional devem ser convocados a construir uma linha conclusiva, se utilizando de estratégias e metodologias, bem como todo o cabedal teórico produzido no âmbito da universidade e no âmbito das linhas para, em ação conjunta, iluminar formas e meios de intervenção.

O CAP/UFRRJ, enquanto escola pública de excelência, em suas ações didático-pedagógicas necessita estruturar e fortalecer sua perspectiva e inclusão de criação de um espaço escolar inclusivo, democrático e inserido socialmente nas discussões e problemáticas sociais.

PRÁTICA                      COTIDIANO                      TEORIA

Fig. 1